

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 2º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

Dando continuidade à estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, que visa a segregação de seus negócios em verticais especializadas, informamos que a Companhia, no decorrer de 2025, concentrou tanto à emissão de novas apólices de seguros residenciais, bem como a renovação de apólices existentes da marca Itaú na sua controladora direta, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Esta movimentação fundamenta-se nos seguintes pilares:

- Sinergia Operacional e Tecnológica: Unificação de processos para ganho de escala e eficiência administrativa.
- Preservação de Valor: Manutenção da força de mercado e do posicionamento da marca Itaú perante o consumidor final, uma vez que a marca Itaú permanecerá nas apólices.
- Transparência nos Resultados: Em virtude dessa migração, os demonstrativos financeiros da Companhia apresentarão uma redução substancial em suas rubricas.

É importante ressaltar que os números reportados, refletem agora, primordialmente, o esgotamento dos riscos vigentes e a decorrer das apólices emitidas em data anterior à mudança, bem como a liquidação de seus respectivos sinistros e despesas remanescentes.

Em outubro de 2025, foi solicitado junto à SUSEP a autorização para incorporação da Companhia na sua controladora direta, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, e no dia 05 de janeiro de 2026 a autorização foi concedida, e deverá ocorrer nos próximos 90 dias. Esta etapa consolida o compromisso da Administração com a otimização da estrutura de capital e a busca por maior agilidade na prestação de serviços.

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício R\$ 6,0 milhões, com redução de R\$ 61,0 milhões, 91% em relação ao exercício anterior.

• Sinistralidade

O índice de sinistralidade da Companhia no exercício foi de 80,5%, um aumento de 45,4 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas

No exercício, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 21,1%, com redução de 8,1 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício R\$ 26,8 milhões, com redução de R\$ 1,2 milhões, 4% em relação ao exercício anterior.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos) no exercício foi de 152,7%, com aumento de 46,9 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro no exercício foi de 73,1%, com redução de 13,5 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado de exercício e por ação

O resultado totalizou no exercício R\$ 8,1 milhões, com redução de 33% em relação ao exercício anterior. O resultado por ação foi de R\$ 0,14 no exercício e R\$ 0,20 no exercício anterior.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria “Custo amortizado”, títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de “stakeholders”, por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o

compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% (“Atlanta FED GDPNow”), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o “FED” (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do “FED” (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global. No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios emitidos.....	19	5.979	67.004
Variações das provisões técnicas de prêmios..	20	18.659	59.475
Prêmios ganhos.....	19	24.638	126.479
Sinistros ocorridos.....	21	(19.845)	(44.477)
Custos de aquisição.....	22	(7.373)	(39.960)
Outras receitas e despesas operacionais....	23	(2.741)	(5.168)
Resultado com resseguro		(126)	47
Despesa com resseguro.....		(126)	47
Despesas administrativas	24	(5.196)	(36.967)
Despesas com tributos		(2.459)	(7.175)
Resultado financeiro	25	26.833	27.983
Resultado operacional		13.731	20.762
Resultado antes dos impostos e participações		13.731	20.762
Imposto de renda.....	10.2	(3.135)	(4.889)
Contribuição social	10.2	(2.016)	(2.980)
Participações sobre o resultado		(508)	(891)
Resultado do exercício		8.072	12.002
Quantidade de ações		57.854	60.160
Resultado por ação - básico e diluído	27	0,1395	0,1995

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	8.072	12.002
Outros resultados abrangentes	215	(80)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	358	(133)
Efeitos tributários.....	(143)	53
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	8.287	11.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	8.072	12.002
Ajustes para:		
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos.....	26	1.102
Provisões técnicas - seguros e resseguros.....	(17.954)	(198.474)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras.....	9.194	109.090
Créditos das operações com seguros e resseguros	17.049	51.717
Ativos de resseguro - provisões técnicas	—	3
Créditos tributários e previdenciários	(1.159)	(2.190)
Ativo fiscal diferido	602	1.418
Depósitos judiciais e fiscais.....	(451)	1.471
Despesas antecipadas	(59)	387
Custos de aquisição diferidos.....	5.536	17.262
Outros ativos	1.679	17.089
Impostos e contribuições.....	5.212	(2.032)
Outras contas a pagar	(441)	(35.640)
Débitos das operações com seguros e resseguros	(2.916)	(27.333)
Depósitos de terceiros.....	(488)	366
Provisões judiciais	168	(374)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(12.813)	93.197
Outros passivos.....	(1.797)	1.939
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.136)	(11.350)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais.....	7.324	29.650
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	—	(39.000)
Aumento/(redução) de capital	(20.000)	—
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(20.000)	(39.000)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa.....	(12.676)	(9.350)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	26.539	35.889
Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	13.863	26.539

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025							
(Em milhares de reais)							
Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		111.886	121.102	Circulante		71.761	82.553
Disponível		4.549	2.611	Contas a pagar		20.281	17.362
Caixa e bancos	7	4.549	2.611	Obrigações a pagar	13.1	7.418	11.285
Equivalentes de caixa	7	9.314	23.928	Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	117	1.577
Aplicações financeiras	8	69.242	43.888	Encargos trabalhistas		–	221
Créditos das operações com seguros e resseguros		988	18.063	Impostos e contribuições		3.276	200
Prêmios a receber	9.1	988	18.063	Outras contas a pagar		9.470	4.079
Outros créditos operacionais		3	465	Débitos das operações com seguros e resseguros	14	1.329	4.245
Títulos e créditos a receber		26.757	25.637	Prêmios a restituir		–	527
Créditos tributários e previdenciários	10	26.604	25.445	Operações com resseguradoras		792	230
Outros créditos		153	192	Corretores de seguros e resseguros		537	2.961
Despesas antecipadas		893	834	Outros débitos operacionais		–	527
Custos de aquisição diferidos		140	5.676	Depósitos de terceiros	15	19	507
Seguros	11	140	5.676	Provisões técnicas - seguros	16	47.975	58.284
Não circulante		97.280	133.157	Danos		47.975	58.284
Realizável a longo prazo		97.280	133.157	Outros débitos		2.157	2.155
Aplicações financeiras	8	71.947	106.495	Débitos diversos		2.157	2.155
Títulos e créditos a receber		25.333	26.662	Não circulante		78.804	99.378
Créditos tributários e previdenciários	10	9.084	9.686	Contas a pagar		5.235	5.519
Depósitos judiciais e fiscais	12	13.226	12.775	Obrigações a pagar	13.1	925	1.202
Outros créditos		3.023	4.201	Tributos diferidos	10.1.3	4.310	4.317
				Provisões técnicas - seguros	16	68.815	89.273
				Danos		68.815	89.273
				Outros débitos		4.754	4.586
				Provisões judiciais	17.1	4.754	4.586
				Patrimônio líquido		58.601	72.328
				Capital social	18 (a)	49.000	57.500
				Reservas de lucros	18 (c)	6.506	11.948
				Ajustes de avaliação patrimonial	18 (b)	3.095	2.880
Total do ativo		209.166	254.259	Total do passivo e patrimônio líquido		209.166	254.259

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		57.500	39.082	2.960	—	99.542
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	(27.000)	—	—	(27.000)
Reconhecimento pagamento em ações		—	656	—	—	656
Ações alienadas		—	(792)	—	—	(792)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	(80)	—	(80)
Resultado do exercício		—	—	—	12.002	12.002
Destinação do resultado:						
Reservas estatutárias.....		—	2	—	(2)	—
Dividendos mínimos e intermediários		—	—	—	(12.000)	(12.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		57.500	11.948	2.880	—	72.328
Aumento/(redução) de capital:						
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.812.....	18 (a)	(20.000)	—	—	—	(20.000)
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.819.....	18 (a)	11.500	(11.500)	—	—	—
Reconhecimento pagamento em ações		—	(1)	—	—	(1)
Ações alienadas		—	(96)	—	—	(96)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	215	—	215
Resultado do exercício		—	—	—	8.072	8.072
Destinação do resultado:						
Reserva legal	18 (c) (i)	—	404	—	(404)	—
Reservas estatutárias.....	18 (c) (ii)	—	5.751	—	(5.751)	—
Dividendos mínimos e intermediários	18 (d)	—	—	—	(1.917)	(1.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		49.000	6.506	3.095	—	58.601

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de julho de 2006, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B - 2º andar, São Paulo - SP e tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 2º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	Participação
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.....	100,0 %
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.....	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.....	0,1 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.....	99,9 %
Porto Seguros S.A.....	0,1 %
Porto Seguros S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.....	99,9 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.....	0,1 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	Participação
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.....	100,0 %
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.....	70,8 %
Ações em circulação.....	29,2 %
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.....	41,1 %
Itauseg Participações S.A.....	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.....	19,1 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.....	15,8 %
Jayme Brasil Garfinkel.....	0,2 %
Itaú Seguros S.A.....	0,8 %
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jaime Brasil Garfinkel.....	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel.....	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel.....	18,3 %
Ana Luíza Campos Garfinkel.....	18,3 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel.....	100,0 %
Itauseg Participações S.A.	Participação
Itaú Unibanco S.A.....	62,4 %
Banco Itaucard S.A.....	26,4 %
Banco Itaú BBA S.A.....	11,2 %
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0 %
Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0 %
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0 %
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.....	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.....	39,3 %
Outros.....	9,0 %

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Conforme carta homologatória eletrônica nº 32/2025/DIORE/SUSEP, de 05 de janeiro de 2026, foi concedido à Companhia a sua incorporação total em sua controladora direta Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, e deverá ocorrer nos próximos 90 dias. O objetivo da incorporação será de gerar sinergias operacionais e tecnológicas, preservando, contudo, a marca Itaú. Dessa forma, a Administração concluiu que isso não afetará a continuidade dos negócios, uma vez que os saldos apresentados nessa demonstração financeira será migrado em sua totalidade para a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

LEI 15040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários. Os principais pilares da nova legislação incluem:

Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.

Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.

Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.

Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP.

Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.6 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia opera com uma gama de contratos de seguros que contemplam a transferência de riscos significativos (de seguros e/ou financeiros). Caracteriza-se o risco de seguro como significativo quando a ocorrência de um evento incerto com substância comercial pode acarretar o pagamento de benefícios relevantes aos segurados, impactando o fluxo de caixa da operação. Os contratos de resseguro também são classificados seguindo esses mesmos princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.7 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.7.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofreram ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.7.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas considerando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente. Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 23,5%, e o impacto do resseguro foi material.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

continua →

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 2º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



➔ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Dezembro de 2025		
Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	81	—
Dezembro de 2024		
Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	3.708	—

3.8 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.9 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.10.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.7.1 (a)). As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.10.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.13 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 87,5% (95,4% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AAA” de créditos privados. Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impaired”).

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme o produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não há saldos a receber com os resseguradores.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	33.331	—	33.469	—
Fluxo de 1 a 30 dias	6.136	33.214	20.516	29.567
Fluxo de 2 a 6 meses	13.926	44.971	22.496	53.135
Fluxo de 7 a 12 meses	15.870	8.548	10.486	18.847
Fluxo acima de 1 ano	107.480	33.871	145.978	45.411
Total	176.743	120.604	232.945	146.960

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	46,7 %	27,1 %
Pós-fixados (SELIC/CDI)	20,8 %	22,4 %
Prefixados	20,0 %	46,5 %
Ações	6,8 %	0,5 %
Outros	5,7 %	3,5 %

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(13.107)
	+ 25 b.p.	(6.739)
	+ 10 b.p.	(2.740)
Juros pré-fixados	- 10 b.p.	2.740
	- 25 b.p.	6.739
	- 50 b.p.	13.107
	+ 50 b.p.	(7.349)
	+ 25 b.p.	(3.839)
	+ 10 b.p.	(1.577)
Índices de preços	- 10 b.p.	1.577
	- 25 b.p.	3.839
	- 50 b.p.	7.349
	+ 50 b.p.	(141)
	+ 25 b.p.	(118)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(94)
	- 10 b.p.	94
	- 25 b.p.	118
	- 50 b.p.	141
	± 34%	4.706
Ações	± 17%	2.353
	± 9%	1.177

(i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário provável de “stress” para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.7.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por riscos aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
Região	Residencial	%	Região	Residencial	%	
Sudeste	5.740	95,1 %	Sudeste	46.797	65,3 %	
Sul	293	4,9 %	Sul	11.177	15,6 %	
Centro Oeste	—	— %	Centro Oeste	4.390	6,1 %	
Nordeste	—	— %	Nordeste	8.023	11,2 %	
Norte	—	— %	Norte	1.233	1,7 %	
Total Geral ...	6.033	100,0 %	Total Geral ...	71.620	100,0 %	

(*) Não incluem os valores de RVNEs no montante de R\$ 54 (R\$ 4.616 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Premissas atuariais		
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	(71)	(1.795)
Sinistros - aumento de 50,0%	25	1.132

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 2º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	58.601	72.328
(+/-) Ajustes contábeis	(7.728)	(6.804)
Despesas antecipadas	(893)	(834)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(6.835)	(5.970)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(610)	(2.398)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(610)	(2.398)
(+/-) Ajustes do PLA de nível 1	(2.250)	(3.716)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(2.250)	(3.716)
PLA de nível 1	48.013	59.410
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	-	2.225
PLA de nível 2	-	2.225
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	2.250	3.716
PLA de nível 3	2.250	3.716
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	50.263	65.351
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	14.940	24.775
Capital de risco de subscrição	3.804	16.826
Capital de risco de mercado	7.741	6.030
Capital de risco de crédito	7.770	7.422
Capital de risco operacional	479	847
Benefício da correlação entre riscos	(4.854)	(6.350)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	15.000	24.775
Suficiência de capital	35.263	40.576

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	9.314	23.928
Depósitos bancários	4.549	2.611
	13.863	26.539

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
LFTs	27.858	27.858	30.035	-
Ações de companhias abertas	10.281	10.281	962	-
Cotas de fundos de investimentos	9.186	9.186	5.968	-
Debêntures	-	-	1.033	1.033
LTNs	-	-	5.840	-
Fundos exclusivos				
Outros	-	-	50	50
Total - circulante	47.325	47.325	42.805	1.083
% das aplicações classificadas nesta categoria:	34%		29%	

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
Fundos exclusivos		
NTNs - B	70.210	47.249
LTNs	23.654	59.246
Total (*)	93.864	106.495
Circulante	21.917	-
Não circulante	71.947	106.495
% das aplicações classificadas nesta categoria:	66%	71%
(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 92.847 (R\$ 102.498 em 31 de dezembro de 2024).		

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	174.311	277.216
Aplicações	35.050	134.980
Rendimentos	19.832	14.145
Resgates	(78.690)	(252.030)
Saldo final	150.503	174.311
A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas a custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.		

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
Fundos exclusivos		
LTN	13,86	14,41
NTNs - B - IPCA	7,16	5,71
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,05	0,08
(*) Vide nota explicativa nº 7.		

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
Patrimonial	2.474	(1.488)	986	19.523
Automóvel	10	(8)	2	10
	2.484	(1.496)	988	19.533

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
A vencer	533	-	533	17.597
Vencidos até 30 dias ...	211	(15)	196	370
Vencidos 31 a 60 dias ..	216	-	216	52
Vencidos 61 a 180 dias ..	5	(3)	2	-
Vencidos 181 a 365 dias	10	(10)	-	2
Vencidos acima de 365 dias	1.509	(1.468)	41	1.512
Total	2.484	(1.496)	988	19.533

9.1.2 PRÊMIOS A RECEBER - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	18.063	70.882
(+) Prêmios emitidos	9.133	94.862
(+) Adicional de fracionamento	406	16.489
(+) IOF	46	1.386
(Constituição)/reversão redução valor recuperável	(26)	1.102
(-) Prêmios cancelados	(2.459)	(25.878)
(-) Recebimentos	(24.175)	(140.780)
Saldo final	988	18.063

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	(1.470)	(368)
Reversões	5	53
Provisões constituídas	(31)	(1.155)
Saldo final	(1.496)	(1.470)

9.1.4 PRÊMIOS A RECEBER - PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas (*)	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	1 a 5	100,0%	5,8%
Patrimonial	6 a 11	-	0,4%
	12	-	93,8%

(*) Para o período de Dezembro de 2025, emissões referem-se apenas à endossos de apólices vigentes, resultando em um menor prazo de parcelamento.

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ	15.503	14.453
CSLL	9.149	9.149
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (I)	9.084	9.686
INSS	1.952	1.843
	35.688	35.131
Circulante	26.604	25.445
Não circulante	9.084	9.686
(I) Vide nota explicativa nº 10.1.1.		

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	148	(148)	-
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR ..	5.793	310	(875)	5.228
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	1.612	537	(446)	1.703
Provisão para riscos de créditos ...	292	98	(133)	257
Provisão de participação de lucros	129	396	(270)	255
Provisão para obrigações legais ...	197	28	(225)	-
Outras provisões	1.663	240	(262)	1.641
	9.686	1.757	(2.359)	9.084

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em 2023 em	6.318	736	640	40	36	30	27	1.257	9.084
A expectativa de realização está levando em consideração o evento informado na nota explicativa nº 2.2.									

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/Realização	Dezembro de 2025
IRPJ e CSLL sobre benefício a empregados	2.000	281	(62)	2.219
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	2.317	124	(350)	2.091
	4.317	405	(412)	4.310

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participações, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	13.223	19.871
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(5.289)	(7.948)
Depósitos judiciais	44	-
Doações/incentivos	136	203
Participação nos lucros - administradores	(102)	(131)
Outros	60	7
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	138	79
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(5.151)	(7.869)
Taxa efetiva (D/A)	39,0%	39,6%

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se integralmente ao ramo patrimonial. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2025, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2024.

11.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	5.676	22.938
Constituição	1.532	19.831
Apropriação para despesa	(7.068)	(37.093)
Saldo final	140	5.676

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Sinistros	12.821	11.560
Cíveis	351	1.121
Trabalhistas	54	94
	13.226	12.775

13. CONTAS A PAGAR

13.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fornecedores	2.211	395
Provisão de "profit sharing"	2.083	8.424
Dividendos	1.917	-
Provisão de benefícios a empregados	926	1.202
Participação nos lucros	874	387
Transações com partes relacionadas (*)	332	2.079
	8.343	12.487
Circulante	7.418	11.285
Não circulante	925	1.202
(*) Vide nota explicativa nº 26.		

13.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
INSS e FGTS	51	42
IOF	46	1.386
IRRF	6	92
ISS	-	34
Outros	14	23
	117	1.577

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos.

Em conformidade com o Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/ SUSEP, a partir de fevereiro de 2025, os saldos anteriormente registrados como "Prêmios a Restituir" passaram a ser classificados como parte integrante da "Provisão de Valores a Regularizar (PVR)", conforme previsto no artigo 16 da Circular SUSEP nº 678/2022.

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a recebimentos de prêmios de seguros em processamento:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios e emolumentos recebidos	116.790	116.790
Acima de 60 dias a 365 dias	-	382
Acima de 365 dias	19	125
	19	507

16. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Bruto de resseguro	109.279	109.279
Provisão de sinistros a liquidar	109.279	120.921
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	3.169	3.169
Provisão de prêmios não ganhos	532	532
Demais provisões	3.810	3.810
	116.790	116.790
Circulante	47.975	58.284
Não circulante	68.815	89.273

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 2º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	252.834	3
Constituições decorrentes de prêmios	67.004	50
Diferimento pelo risco decorrido	(126.479)	(53)
Aviso de sinistros	32.869	—
Pagamento de sinistros	(77.385)	—
Atualização monetária e juros	(1.286)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	147.557	—
Constituições decorrentes de prêmios	5.979	—
Diferimento pelo risco decorrido	(24.638)	—
Aviso de sinistros	16.471	—
Pagamento de sinistros	(21.428)	—
Atualização monetária e juros	(7.151)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	116.790	—

16.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os valores dos ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Total das provisões técnicas (A)	116.790	147.557
Depósitos judiciais de PSL	2.602	2.610
Direitos creditórios (i)	345	15.722
Custos de aquisição diferidos pagos	—	933
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	2.947	19.265
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	113.843	128.292
Cotas de fundos de investimento	125.424	148.087
Garantias das provisões técnicas (D)	125.424	148.087
Excedente (D - C)	11.581	19.795

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

16.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025
Administrativo - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.387	732	339	189	75	77	83	71	17	3
Dois anos mais tarde	1.452	749	358	194	81	83	89	78	18	—
Três anos mais tarde	1.455	750	360	195	81	83	90	79	—	—
Quatro anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	83	90	—	—	—
Cinco anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	84	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	1.457	752	362	195	81	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	1.458	752	362	195	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	1.458	752	362	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	1.458	752	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	1.458	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentações	1.458	752	362	195	81	84	90	79	18	3

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025
Administrativo - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.265	684	287	182	70	74	79	69	16	2
Dois anos mais tarde	1.451	747	357	194	81	84	89	78	17	—
Três anos mais tarde	1.455	750	360	194	81	83	90	78	—	—
Quatro anos mais tarde	1.456	750	360	194	81	83	90	—	—	—
Cinco anos mais tarde	1.456	751	361	194	81	83	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	1.457	752	362	195	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	1.457	752	362	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	1.458	752	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	1.458	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	1.458	752	362	195	81	83	90	78	17	2
Passivo em 31 de dezembro de 2025	—	—	—	—	—	1	—	1	1	—
Provisão de sinistros										4

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025
Judicial - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	3	4	1	2	—	—	—	1	—	1
Dois anos mais tarde	12	11	6	5	1	—	2	2	1	—
Três anos mais tarde	20	16	10	8	1	1	2	12	—	—
Quatro anos mais tarde	25	18	14	9	1	1	6	—	—	—
Cinco anos mais tarde	28	21	14	6	1	2	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	29	23	13	8	2	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	32	22	14	14	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	32	25	21	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	34	21	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	33	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentações	33	21	21	14	2	2	6	12	1	1

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025
Judicial - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	1	1	—	—	—	—	2	—	—	—
Dois anos mais tarde	5	5	2	2	—	—	2	—	—	—
Três anos mais tarde	9	9	4	3	—	—	2	1	—	—
Quatro anos mais tarde	12	11	6	4	—	—	2	—	—	—
Cinco anos mais tarde	16	14	7	4	1	—	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	17	15	7	6	1	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	18	15	9	6	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	19	18	10	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	23	20	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	25	20	10	6	1	—	2	1	—	—
Passivo em 31 de dezembro de 2025	8	1	11	8	1	2	4	11	1	1
Provisão de sinistros										62

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

16.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	97.330	123.988
Pagamentos no período	(17.564)	(43.684)
Novas constituições no período	1.798	626
Baixas da provisão por êxito	(5.346)	(2.916)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	15.970	20.460
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	(7.151)	(1.144)
Saldo final	85.037	97.330
Quantidade de processos	896	2.768

(*) Correção monetária atualizada com o índice do IPCA e juros pela taxa legal.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis	2.988	2.839
Trabalhistas	1.254	1.191
Fiscais	512	556
	4.754	4.586

17.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	556	1.191	2.839	4.586
Constituições	—	—	335	335
Êxito/reversões	(86)	557	(169)	302
Pagamentos	—	(573)	(128)	(701)
Atualização monetária	42	79	111	232
Saldo em 31 de dezembro de 2025	512	1.254	2.988	4.754
Quantidade de processos	2	2	39	43

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	94.917	90.602
Cíveis	11.625	11.072
Trabalhistas	1.829	1.671
	108.371	103.345

(a) FISCALS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 75.901 (R\$ 51.686 de possível impacto no lucro líquido).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 49.000 (R\$ 57.500 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 69.521.423 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As aprovações de aumento e redução de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo, e foram aprovadas pela SUSEP conforme as portarias elencadas.

	Capital Social	Quantidade de Ações
31 de outubro de 2025 - Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.812	(20.000)	(16.280.534)
05 de novembro de 2025 - Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.819	11.500	9.361.307
Total	(8.500)	9.361.307

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R\$ 6.102 (R\$ 351 em 31 de dezembro de 2024).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio

líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	8.072	12.002
(-) Reserva legal - 5% (i)	(404)	—
Lucro básico para determinação do dividendo	7.668	12.002
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.917	3.000
Dividendos distribuídos	—	9.000
Total de dividendos distribuídos	1.917	12.000
Total por ação (R\$)	0,0331	1,1995
Quantidade de ações	57.854	60.160

(i) Para o exercício de 31 de dezembro de 2024 a reserva legal não foi constituída devido exceder o limite exigido de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76.

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

19. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSONAMENTO

	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Compreensivo residencial	5.979	24.638	80,5%	29,9%
	5.979	24.638	80,5%	29,9%
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Compreensivo residencial	67.004	126.479	35,2%	31,6%
	67.004	126.479	35,2%	31,6%

20. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	18.659	18.659	59.475	59.472
	18.659	18.659	59.475	59.472

21. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Sinistros avisados - judicial	(12.422)	(18.170)
Sinistros avisados - administrativo	(4.520)	(12.637)
Assistências	(2.173)	(18.921)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	393	5.701
Salvados e ressarcimentos	5.158	7.313
Despesa com regulação de sinistro	(3.094)	(5.637)
Despesa com contencioso	(3.187)	(2.126)
	(19.845)	(44.477)

22. CUSTO DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Variação das despesas de comercialização diferidas	(5.536)	(17.262)
Comissões sobre prêmios retidos	(1.674)	(20.353)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(163)	(2.345)
	(7.373)	(39.960)

Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Contingências	(1.776)	(1.373)
Cobrança	(1.427)	(1.427)
Benefícios e cortesias para clientes	(64)	(421)
Provisão para risco de crédito	(21)	(1.176)
Outras	(690)	(771)
	(2.741)	(5.168)

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 2º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e “headcount” entre elas;
- (ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora; e
- (iv) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A. (i)

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Atendimento.....	44	88	–	–
Porto Cia.....	–	–	332	2.079
Azul Seguros	–	1	–	–
	44	89	332	2079

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Atendimento.....	1.026	1.182	–	–
Porto Cia.....	444	–	(5.909)	(26.470)
Azul Seguros	5	8	(1)	–
Porto Asset Management	–	–	–	(63)
Porto Seguro Gestora de Recursos	–	–	(205)	(514)
Porto Saúde.....	–	–	(659)	(692)
Porto Serviço (i).....	–	–	(189)	–
Porto Assistência (i).....	–	–	–	(3.893)
CDF S.A. (i).....	–	–	(2.541)	(3.290)
CDF Ltda. (i).....	–	–	–	(9.911)
	1.475	1.190	(9.504)	(44.833)

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas pela Porto Serviço S.A..

26.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir (não houve transações em 2024):

	Dezembro de 2025
Participação nos lucros - administradores.....	(239)
	(239)

DIRETORIA

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
Diretora Presidente

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMÍLIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor Executivo - Produto Residência

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

EMERSON PINHEIRO VALENTIM
Diretor Executivo de Produção

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Executivo - Produto Automóvel

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reorganização societária

Chamamos atenção para a nota explicativa 2.2. às demonstrações financeiras, que descreve o processo de incorporação da Companhia em sua controladora direta Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, aprovado pela SUSEP através da carta homologatória eletrônica nº 32/2025/DIORE/SUSEP em 5 de janeiro de 2026. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7.1 e 16, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros bruto de resseguro no montante de R\$ 116.790 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo (“TAP”) com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.7.2 A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de

benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria,

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação

das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP003514/O

econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva

Atuário - MIBA 2043

